

RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.216 - MS (2019/0080114-5)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - MS005871
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO -
MS013116
MARIELLE CEREZINI ANDRADE - MS017526
RAFAEL DIAS FIGUEIREDO - MS020011
RECORRIDO : ORESTES RODRIGUES
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS - MS014572

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. TERMO INICIAL. DATA DO ÚLTIMO DESCONTO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO BRADESCO S/A em face de acórdão do TJMS, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA NULIDADE DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS – EXTINÇÃO DO FEITO EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO – APLICAÇÃO DAS NORMAS DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PRESCRIÇÃO QUINQUENAL CONTADA À PARTIR DO CONHECIMENTO DO DANO/AUTORIA (ART. 27 DO CDC) – SENTENÇA REFORMADA - CAUSA NÃO MADURA – INAPLICABILIDADE DO ART. 1.013, § 3º, DO CPC – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A contagem do prazo prescricional de cinco anos se inicia com a ciência do dano e autoria, o que ocorreu com a retirada do extrato do INSS em 14/11/2016, não tendo se exaurido quando do ajuizamento da presente ação em 01/02/2017. 2. Inaplicável ao caso em tela o disposto no art. 1.013, § 1º, do CPC, porque a causa não está madura para imediata solução, devendo os autos retornarem à origem para regular prosseguimento.

No recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, o recorrente apontou violação dos arts. 27 do CDC e 189 do Código Civil, sustentando, além da prescrição trienal, que o termo inicial da prescrição para ações que pretendem a repetição de indébito e a reparação de danos morais é a data do último desconto atinente ao contrato de empréstimo consignado. Apontou divergência jurisprudencial com precedentes desta Corte, assentando que, no caso de repetição de indébito, tem-se com termo inicial para o cômputo do prazo prescricional, a data da lesão, ou seja, do último desconto (setembro de 2010).

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial (fl. 271).

Recurso interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

É o relatório.

Passo a decidir.

A matéria discutida nos presentes autos já foi objeto de apreciação por ambas as Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte, tendo sido firmado entendimento no sentido de que o termo inicial do prazo prescricional quinquenal é a data do último desconto realizado no benefício previdenciário do demandante.

Nesse sentido, cito os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. TERMO INICIAL. DATA DO ÚLTIMO DESCONTO. SÚMULA 83/STJ. REVER O JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem consignou que o termo inicial da

contagem do prazo prescricional é a data do último desconto realizado no benefício previdenciário da agravante. O referido entendimento encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte segundo a qual, nas hipóteses de ação de repetição de indébito, "o termo inicial para o cômputo do prazo prescricional corresponde à data em que ocorreu a lesão, ou seja, a data do pagamento" (AgInt no AREsp n. 1056534/MS, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 20/4/2017, DJe 3/5/2017). Incidência, no ponto, da Súmula 83/STJ.

2. Ademais, para alterar a conclusão do acórdão hostilizado (referente à consumação da prescrição), seria imprescindível o reexame do acervo fático-probatório do respectivo processo, sendo inafastável, de fato, a confirmação da incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1319078/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 09/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. TERMO INICIAL. DATA DO ÚLTIMO DESCONTO. SÚMULA 83/STJ. REVER O JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O Tribunal de origem consignou que o termo inicial da contagem do prazo prescricional é a data do último desconto realizado no benefício previdenciário da agravante. O referido entendimento encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte segundo a qual, nas hipóteses de ação de repetição de indébito, "o termo inicial para o cômputo do prazo prescricional corresponde à data em que ocorreu a lesão, ou seja, a data do pagamento" (AgInt no AREsp n. 1056534/MS, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 20/4/2017, DJe 3/5/2017). Incidência, no ponto, da Súmula 83/STJ.

2. Ademais, para alterar a conclusão do acórdão hostilizado (referente à consumação da prescrição), seria imprescindível o reexame do acervo fático-probatório do respectivo processo, sendo inafastável, de fato, a confirmação da incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1130505/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 13/11/2017)

No caso dos autos, o Tribunal de origem entendeu que a contagem do prazo teria iniciado apenas na data em que o autor retirou o extrato do seu benefício, em 14/11/2016, de modo que, ajuizada a ação em janeiro de 2017, deveria ser afastada a prescrição.

Contudo, o próprio acórdão recorrido refere que o empréstimo consignado fora contratado para ser pego em 36 parcelas, com início em agosto de 2007, sendo que o único desconto efetuado ocorreu em 08/2007, razão pela qual deve ser restabelecida a sentença de fls. 158/160, que reconheceu o implemento da prescrição quinquenal.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação, para restabelecer os comandos da sentença.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa (arts. 77, II, c/c 1.021, § 4º, do CPC/15).

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator